



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 064

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 064

58ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 08

Dep. Geraldo Cartário 10

Dep. Reni Pereira 11

Dep. Tadeu Veneri 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida 12

Dep. Luiz Malucelli 14

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 14

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 09

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 18

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 19

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 20

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final 24

3ª Discussão 24

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos 27

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Diretoria Geral 27

Portarias 27

Atas de Comissões

Tomada de Contas 28

Constituição e Justiça 28

DIÁRIO Nº 064

58ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE JUNHO DE 2008**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio

Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Enio Verri e Miltinho Pupio (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados Fábio Camargo e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº Repar/242 do Sr. João Adolfo Oderich - Gerente Geral da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - UN-Repar, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre a instalação de uma usina de biodiesel no Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1101/08/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que solicita esclarecimentos sobre o convênio desta Secretaria com a Associação Paranaense de Reabilitação. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 09/06/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico minha ausência na Sessão Plenária de amanhã dia 10 de junho, devido a viagem ao município de Cornélio Procopio, onde na condição de Presidente Estadual do Partido Republicano Brasileiro -

PRB, estarei dando posse ao Presidente Estadual da Ala Jovem do PRB/PR.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 09/06/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico minha ausência na Sessão Plenária de hoje, em virtude da realização de visita técnica ao estado de São Paulo para verificar problemas de interesse comum dos nobres Pares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) FÁBIO CAMARGO

Indicação

INDICAÇÃO Nº 142/08

SÚMULA:

Sugere a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual Rodrigues Alves, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual Rodrigues Alves, no município de Maringá;

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense e, que há muito reivindica a construção da cobertura na quadra.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa da ausência, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 10 do mês de junho, para participar de cerimônia da passagem do 94º aniversário da cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 02/06/08.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência por motivo de saúde.

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja colocada em apreciação e votação a Proposta de Emenda Constitucional, chamada de PEC da Transparência, Mensagem nº 016/08, de 28/04/08, de autoria do Poder Executivo, que acrescenta os incisos XXIV e XXV ao artigo 27 da Constituição Estadual. Para tanto, que seja constituída Comissão Especial, para opinar sobre a proposta, conforme procedimento previsto nos artigos 190 a 197, do Regimento Interno e no artigo 64, da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, a tramitação de PEC deve seguir um rito especial, diferente do procedimento dos projetos de lei, o presente requerimento visa dar andamento à proposta de emenda, de autoria do Governador, para que a mesma seja publicada e apreciada pela Comissão Especial, constituída para esse fim específico e, estando em condições de ser colocada em votação, seja discutida e votada em Plenário, de acordo com o procedimento regimental.

REQUERIMENTO Nº 1481

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 155/08, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, até o dia 10/06/08.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Abilhoa, pelo falecimento de Marianne Rothen Abilhoa, ocorrido no último dia 08, em Curitiba.

Neste termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares, para que recebam meu voto de profundo pesar pela dor que abalou a família.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. João Maria de Oliveira, ocorrido dia 05/06/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 39 anos de idade faleceu, dia 05/06/08, o Sr. João Maria de Oliveira. Deixou viúva a Sra. Andréa do Rocio C. de Oliveira, deixou ainda quatro filhos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de João Maria de Oliveira, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de voto de pesar a família, Casa Paroquial Imaculada Conceição e toda comunidade pelo falecimento do Padre Milton Machniewicz, ocorrido na data de 08/06/08 na cidade de Catanduvas do Sul/PR.

Requer ainda, envio de cópia à Casa Paroquial Imaculada Conceição, no município de Catanduvas do Sul - CEP 83740-000.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Joaquina Gonçalves Beninca, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Demejon Leal, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria Felix da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Diva Pupo Bandeira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sergio José dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Benedito Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Everaldo dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gelécia Rodrigues Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eloina Rodrigues Lopes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosenilda Dal Col de Bortoli, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnoldo Marchinski dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carmelina de Oliveira Antunes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Josué Figueiredo Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Getúlio Souza Muniz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marco Antonio Manente Braga Ribas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Stelle Becher, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Correia da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Ramos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rui Scorsato, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, para que fique registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, o falecimento do Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, ex-Vice-Governador do Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia sete, faleceu nesta capital o Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, ex-Vice-Governador do Estado do Paraná, com 87 anos de idade, deixou viúva, Dona Ida Guimarães da Costa.

Foi Governador no privado entre os anos de 1966 e 1971, no Governo do Dr. Paulo Pimentel. Foi Deputado Federal diplomado em 1962, permanecendo até 1966. Engenheiro concursado do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Paraná, onde também ocupou a direção geral. Chefiou as Secretarias Estaduais da Fazenda e da Viação e Obras Públicas, Presidente da SANEPAR e a Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR). Foi Diretor do Departamento de Águas e Esgotos do Paraná e membro do Conselho Rodoviário Estadual, do Conselho Regional de Trânsito, do Conselho do Plano da Cidade - Estética Urbanística e da Educação e Cultura da Prefeitura de Curitiba. Foi também professor ajunto da escola de Engenharia da Universidade Federal do Estado do Paraná (UFPR) aposentando-se na função de Pró-Reitor de Administração da (UFPR).

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que, nossos amigos, familiares do Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ferreira da Costa, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da Dra. Iorfinda Mora, pioneira e fundadora do Hospital Santa Rita, falecida aos 91 anos em Maringá.

Nascida em Ipaçu formou-se em São Paulo, em 04/09/16.

Iorfinda Mora formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1948. No ano seguinte foi para Buenos Aires, Argentina, cursar residência médica em ginecologia e obstetrícia.

Sempre dinâmica, em 1950 começou a trabalhar em Marialva (a 20 quilômetros de Maringá), onde construiu um pequeno hospital de madeira.

Em 1959 ela iniciou a construção do Hospital Santa Rita, em Maringá, onde foi pioneira e participou da construção da história do município, sendo uma das primeiras ginecologistas.

Em julho de 1960 fundou o Hospital Santa Rita e se dedicou à medicina por 55 anos. Não teve filhos e era viúva de Francisco de Melo.

Foi um exemplo de luta, de amor e dedicação à Medicina, conta seu irmão, o médico Hiran Mora Castilho.

A sociedade maringaense se reuniu no pesar em razão do falecimento da Dra. Iorfina, que deixa história e exemplo a ser seguido.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 08 de junho, do Sr. João Maria da Cunha Afonso, pai do Vereador João Renato Leal Afonso do município da Lapa.

Requer, outrossim, que após a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Aracúria - AMAR, que comemora 25 anos. Estende-se este voto a pessoa de Lídia Lucaski pelos relevantes serviços que prestou frente à Associação sempre defendendo o meio ambiente das agressões do ser humano no município de Araucária.

Requer ainda, envio de cópia à Diretoria da Associação de Defesa do Meio Ambiente - AMAR.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, externando voto de congratulações em razão da inauguração, nesta data, da Casa de Detenção Provisória em Maringá.

Trata-se de antiga reivindicação da comunidade maringaense que, sem dúvida, promoverá o devido tratamento aos detentos da região, retirando das cadeias locais

a superlotação que vem dificultando o trabalho do Sistema Prisional.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Dra. Edna Almodin, em razão de prêmio recebido em Congresso Internacional de Oftalmologia.

O trabalho da Dra. Edna é reconhecido em Maringá, onde também atua no voluntariado, levando à população informação e atendimento de qualidade.

Essa conceituada oftalmologista merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam enviados ao Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná e ao Comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, o voto de louvor ao Tenente Luciano Savogin Rasera, do 17º Batalhão da Polícia Militar e ainda, requer, o indiciamento dos responsáveis pelo evento "Arraia da Fazenda" que aconteceu no município de Fazenda Rio Grande/PR, nos dias 04, 05, 06, 07 e 08 do mês de junho de 2008.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Tenente Rasera tomou a decisão de suspender as festividades do Arraia da Fazenda Rio Grande/PR, ante os acontecimentos abaixo relatos:

Na última sexta-feira (06/06/08) ocorreram duas mortes e sete pessoas ficaram baleadas, durante a festividade acima, segue o nome das vítimas e suas idades: Aparecida Alves dos Santos, 23 anos e Robson Vitor Pereira, 18 anos morreram; Marcos Antonio Ferreira, 18 anos; Danilo Cordeiro Santos, 17 anos; Jonir do Rocio Nascimento, 44 anos; Waldirene Andrade, 36 anos; Lenci Fernandes, 30 anos; Luiz Marcelo Zawwisk, 37 anos e; Carlos José Batista, 16 anos, foram gravemente feridos.

No sábado (07/06/08) ocorreram vários furtos de veículos e arrombamentos.

No domingo, ainda, durante o Arraia, o Tenente suspendeu a festividade dada a incontrolável situação, e a ameaça que novos incidentes acontecessem e fizessem novas vítimas.

Diante destes fatos, o Deputado requer o voto de louvor ao Tenente Rasera, pela acertada decisão e, ainda, que os responsáveis pela realização do evento sejam indiciados.

REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao jornal Folha de Londrina e à Universidade Federal do Paraná, para que seja efetuada uma retificação na matéria veiculada no dia de hoje, 09/06/08, fazendo constar que nas 04 (quatro) Sessões da semana de 18 a 23 de maio, este Deputado esteve representando esta Casa de Leis no município de Foz do Iguaçu em evento sobre energias renováveis conforme deliberação da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná. Desta forma, não poderia ter constado essas Sessões como faltas, vem que estava oficialmente representando esta Casa de Leis.

Requer, ainda, que seja solicitado ao citado jornal que sempre se atente para as faltas justificadas, para as ausências nas Sessões que não configuram falta, vez que o Deputado ou a Deputada estarão representando oficialmente a nossa Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao Ministério Público do Estado do Paraná, através do Procurador Geral Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando do mesmo providências, junto ao DETRAN/PR, para a extinção de cobrança de taxa de serviço para baixa de gravame de alienação fiduciária, nos termos da Resolução 124/01 do CONTRAN.

O contribuinte não pode mais conviver com a cobrança de taxas indevidamente cobradas pelo Poder Público, no caso em questão, pelo DETRAN/PR.

A Resolução 124/01 do CONTRAN estabelece a baixa eletrônica do gravame de alienação fiduciária, isto, a financeira faz a comunicação ao DETRAN, por meio eletrônico. Dessa forma, não existe mais fundamento para a cobrança da taxa de serviço para baixa de gravame de alienação fiduciária.

A Resolução 124/01 do CONTRAN determina que o proprietário do automóvel, que já cumpriu as obrigações decorrentes da garantia fiduciária, não arcará com ônus para a baixa do gravame.

Na introdução da Resolução do CONTRAN fica expresso o objetivo dessa norma: "considerando que a desburocratização dos serviços públicos constitui promoção da cidadania, maior transparência dos procedimentos administrativos, que resulta em redução de custos cartorários, resolve":

O DETRAN/PR não promoveu a devida atualização da respectiva legislação e continua cobrando a taxa de serviços de baixa de gravame decorrente da alienação fiduciária, simplesmente para retirar o gravame do documento do veículo.

O credor fiduciário faz a baixa de forma eletrônica, isto é, sem custo para o DETRAN. Entretanto, o DETRAN cobra do proprietário do automóvel a taxa de serviço no valor de R\$ 56,75, para retirar o gravame do documento do veículo. É burocracia inaceitável e que deve ser extinta, para o fiel cumprimento da Resolução 124/01 do CONTRAN.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao Ministério Público do Estado do Paraná, através do Procurador Geral Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando do mesmo providências para que pessoas com necessidades especiais possam usufruir do benefício previsto na Lei nº 11911, de 01/12/97 (alterada pela Lei nº 15051, de 17/04/06), conforme cópia anexa.

Sala das Sessões, em 09/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Esta presidência anuncia a visita do Colégio Estadual Arlindo Carvalho de Amorim, da CIC Curitiba, os alunos da 8ª série e do 1º ano do ensino médio, que nos honram com sua visita, hoje, devidamente acompanhados pelas professoras Rosane Bressan, Carmem Loiola e do professor Rafael Dias. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Bom, hoje o Presidente chegou até mais bonito na Casa, depois dos 5x0 do Furacão sobre o Goiás.

Nobre Presidente Nelson Justus, Cida Borghetti, Deputada Rosane, Deputados, comitê de imprensa, visitantes. Sr. Presidente, o Tribunal de Contas entregou ao Tribunal Regional Eleitoral, como é da lei maior deste país tinha que entregar até o dia 5 a lista de centenas de Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, ex-Prefeitos, ex-autoridades públicas, pessoas que, por contas pendentes no Tribunal, ou contas desaprovadas, ou até mesmo algum convênio, essas pessoas se tornaram inelegíveis para as eleições deste ano. Tenho pena do Prefeito, ex-Prefeito, muitas vezes de um lugarejo, principalmente daquele que deixa o cargo, e é possível até que um ou outro não tenha dinheiro para vir a Curitiba se hospedar aqui no hotel, arrumar um advogado para poder regularizar, às vezes quem sabe até prestar algum esclarecimento ao Tribunal.

Numa grande parte dos casos, não é que tenha ocorrido apropriação de dinheiro público; muitas vezes um convênio ou uma conta tem o parecer pela sua desaprovação, muitas vezes por desvio de finalidade, ou por interpretação incorreta da lei numa licitação pública, e vão por aí afora os problemas.

No meu caso específico, que completo este ano 40 anos de vida pública, quero agradecer a Deus e também ao Tribunal de Contas, porque nesses 40 anos está aí a decisão do Tribunal de Contas, contrariando o que o atual Prefeito de Londrina vinha pregando, ele parecia um licitor do jornal furado, não do Jornal Nacional, mas ele dedicava uma grande parte do tempo, o atual Prefeito de Londrina, para dar entrevista em rádio, em televisão e jornal: “O Belinati não vai poder ser candidato, o Tribunal não vai deixar”. O cabra se intitulou meu porta-voz, e o pior que é um porta-voz furado, está com 90% de rejeição perante a opinião pública. No dia que eu tiver que contratar um porta-voz, vou procurar contratar alguém que esteja bem com o povo, não alguém que tenha quase 90% de rejeição, de desaprovação junto à opinião pública. Agora, acho que caberia, não sei, caberia a esse mesmo cidadão que está concluindo o mandato de Prefeito, até em honra à barba que usa, ele devia procurar as mesmas estações de rádio, os mesmos jornais, os mesmos canais de televisão para pedir desculpas ao povo, porque ele ficou mentindo durante um bom tempo.

Nobre Deputado Caíto, de um ano e meio para cá eu não fazia outra coisa em Londrina, porque por onde eu passava tinha que estar explicando o que o Prefeito mentia no rádio. “Ah, mas o Prefeito falou aí que o senhor não pode ser candidato, que o Tribunal não vai deixar”. Em todas as reuniões, andando pelos bairros, pela cidade, eu tinha que ficar na defensiva e esclarecer que era apenas uma mentira de uma pessoa que está investida do cargo de Prefeito, mas que mentir é feio de um modo geral e muito pior ainda para quem ocupa o alto cargo de Prefeito de uma das maiores cidades do Brasil, que é Londrina, que tem 500 mil habitantes.

Então, quero aqui nesta tarde, em respeito aos nossos eleitores, dizer que, de acordo com a lista do Tribunal de Contas, estamos habilitados a ser candidato a Prefeito. Quem vai ganhar a eleição de Prefeito, só Deus sabe!

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O povo terá ampla liberdade para escolher. Londrina terá uma grande quantidade de candidatos da mais alta competência, candidatos devidamente preparados para ocupar o cargo de Prefeito e candidatos que têm uma grande paixão pela nossa cidade. Não vamos conduzir a campanha atirando pedra em nenhum adversário, não! A cidade não vive um bom momento e aquele que for guindado, que for eleito Prefeito de uma cidade tão imponente, muito mais do que brigar, é o momento do novo Prefeito ser eleito dia 5 de outubro, e acredito até que a

eleição em Londrina se dará em dois turnos, porque é praticamente impossível alguém ganhar no 1º turno.

Estamos liderando todas as pesquisas, mas pela grande quantidade de pré-candidatos a Prefeito, não tenho dúvidas de que a eleição em Londrina se dará em dois turnos e aquele que for vencedor procure unir todas as forças, todas as lideranças, buscar o apoio do Governo do Estado, buscar o apoio desta Casa Legislativa, buscar o apoio dos Deputados, dos Senadores e dos Ministros, no sentido de carrear um pouco de verba para a nossa cidade, porque a necessidade é muito grande de grandes obras para fazer na nossa Londrina, essa terra roxa de paixão, retomar o grande caminho do desenvolvimento.

Com muita honra, concedo um aparte ao nobre Deputado Cartário, que honrou Londrina neste final de semana, onde tem grandes amigos.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Deputado Belinati, V. Exa. representa aqui nesta Casa a cidade mais politizada do Paraná, que é Londrina. Respeitando as demais, mas recordando um pouco o passado de Londrina, ela foi uma cidade que nunca se curvou perante aqueles que estavam no poder. Londrina, com essa independência, trouxe para cá, através do voto, lideranças das mais expressivas do Paraná. O Senador José Richa, após uma eleição para o Senado, que perdeu, quando contou com seu apoio, ele voltou ao Senado, eleito pelo voto do povo, e acabou sendo Governador do Estado e, na minha opinião, o melhor Governador, visto que eu era Prefeito e acompanhei de perto e fui beneficiado pelo Governo José Richa.

Agora, V. Exa. sabe também, V. Exa. Vereador de Londrina e Álvaro Dias Vereador de Londrina, e um Vereador de Londrina, pela cidade, de forma politizada, independente, Álvaro Dias veio a ocupar o Governo do Estado. V. Exa. só não veio a ocupar o Palácio Iguaçu - e aqui quero esquecer a nossa amizade, porque estou aqui apenas relatando ao Paraná o que houve, através da Assembléia - que V. Exa. só não ocupou o cargo do Governo do Estado porque parece que muita gente tentou fabricar uma novela. Se basear, talvez, numa novela, aquelas armações que aparecem em novelas, foi uma verdadeira armação o que fizeram contra V. Exa. Caso contrário, V. Exa. teria ocupado o Palácio do Governo, porque não lhe falta o apoio popular. O que lhe faltou foram pessoas que conviviam com V. Exa. que não tiveram caráter e entregaram, denunciando, com denúncias improcedentes, quando tornaram V. Exa. o homem mais rico do Paraná e conhecemos suas dificuldades, até hoje, as dificuldades financeiras.

Deus é grande, Antonio Belinati, porque aquele que mais festejou sua cassação pela Câmara de Londrina, além de ter sido preso - mas isto não tem problema nenhum, qualquer um de nós pode ser preso, não é isso - ele não tem a mínima condição de ser cabo eleitoral de Vereador, em Londrina. Enquanto isso, as pesquisas indicam seu nome como aquele que já está no 2º turno.

Mais ainda: as pesquisas, que até não precisariam ser divulgadas, porque na última eleição para Deputado o povo londrinense lhe deu um recado: “Antonio Belinati, não se acovarde! Antonio Belinati, não se entregue para estes que inventaram tudo contra você. Antonio Belinati, siga em frente”. Hoje, você é o Deputado mais votado de Londrina. E olha, Londrina tem expressões, como o Deputado Luiz Eduardo Cheida, uma grande expressão, foi um excelente Prefeito, é um excelente Deputado e será um bom candidato a Prefeito de Londrina, como meu companheiro de partido, o Barbosa Neto.

Pedi um aparte só para lhe dizer da satisfação de tê-lo aqui, enquanto aquele Bonilha está no lugar dele, onde sempre deveria estar e nunca deveria ter saído.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado. Se permitir, até uma confidência, devo confessar que no momento mais triste e difícil da minha vida, o Deputado Geraldo Cartário enfiou a mão no bolso para me ajudar. Inclusive com dinheiro. Não só com a solidariedade de irmão, mas teve este gesto que só Deus para retribuir esta prova de um amigo leal, a quem devo muito.

Para terminar, Presidente Nelson Justus, extraí agora há pouco da internet uma matéria que me deixou profundamente triste: o mundo, com seus bilhões de habitantes, tem gente rica, tem gente remediada, que para tristeza nossa, no nosso planeta e até mesmo aqui no Brasil e no Paraná, tem gente padecendo, morrendo por falta de alimento. Ou seja, alimento tem. O cidadão pobre, miserável, é que não tem dinheiro, não tem poder aquisitivo para pegar o produto, a comida, o alimento que está na prateleira do supermercado.

Pasmem, acho que se colocar esse dinheiro numa praça pública e pedir para um Presidente da República contar, nota por nota, Presidente, um Deputado, um Governador, um Ministro da Fazenda, o Sr. Meirelles, por exemplo, Presidente do Banco Central, se você conseguir contar todo esse dinheiro que tem aqui, é teu. Pasmem os senhores, o mundo que está aí com AIDS, com câncer, com tantas doenças e que se investe pouco, na tentativa de se encontrar a cura para doenças graves que continuam matando uma boa parte da população, este mesmo planeta, por irresponsabilidade, por falta de Deus no coração, e nossas autoridades, está aqui: “gasto mundial em armamento militar, cresceu 6% em 2007”. Prestem atenção no valor: a despesa mundial em armamento militar aumentou 6% em 2007 com relação ao ano anterior. Essas autoridades deveriam conversar com Deus e veriam que não é isso que Deus quer.

O nosso planeta, com tanta fome, com tanta doença, com tanta gente que não tem dinheiro para comprar uma cadeira de rodas, um óculos, para comprar um remédio. O mundo gastou, no ano passado, em armas, R\$ 2 trilhões e 179 bilhões. Esse dinheiro, minha gente, dava para botar comida no prato de todo ser humano em todo o planeta.

Aqui no Brasil, daria para construir hospital em todo país. O que é mais importante: a paz ou a guerra? A comida ou a arma? Agora não adianta ter esperança, porque eles mentem, eles usam o dinheiro do remédio, da comida, na compra de armas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lamentavelmente, nesse último final de semana, na nossa cidade Fazenda Rio Grande, uma vez mais se mostrou a falta de Segurança.

O Prefeito, através do seu cunhado, inventou a Festa do Arraiá. É uma festa popular, de gente que se congratula com ele no aspecto festivo. Acredito que o nosso povo necessita também de festividade. No entanto, ali aconteceu, por falta de Segurança, duas mortes e sete pessoas ficaram feridas. Inclusive o cantor na banda levou uma bala na cabeça. Foi um acontecimento trágico! Enquanto que qualquer entidade precisa pedir o policiamento, pedir alvará, as Prefeituras, como no caso da Fazenda Rio Grande, pois o Prefeito diz que tem uma amizade muito grande com o Governador, ele se dá o luxo de não procurar dar a devida Segurança para a população.

Estou encaminhando um requerimento ao Secretário da Segurança e à Polícia Militar, para que faça o indiciamento dos responsáveis por esse acontecimento. Porque ali tem um pai que está chorando até hoje. Todos sabem que criar uma criança até os 18 anos de idade não é fácil, e quando um jovem de 18 e um outro de 23 anos perdem a vida por irresponsabilidade de uma autoridade constituída, porque não houve sequer um pedido à Polícia Militar ou à Polícia Civil para um policiamento à altura de 10 mil pessoas que, certamente, estavam presentes. Pelo menos esse é o cálculo.

Sr. Presidente, todos nós assistimos, aqui no Paraná e no Brasil, filmes de faroeste. Graças a Deus, o Tenente Rasera, integrante da Polícia Militar do Paraná, quando no dia de ontem começou um tumulto, ele pegou a arma, foi no lugar mais alto do palanque, atirou e deu a ordem, como autoridade policial, esquecendo que o Prefeito poderia começar a persegui-lo, e mandou suspender a festividade. Foi preciso que um Tenente da Polícia Militar, que não se acovardou perante o Prefeito, mandasse suspender a festa que estava acontecendo. Caso contrário, pela irresponsabilidade do Prefeito e dos parentes do Prefeito, certamente não seriam dois mortos, poderiam ser cinco, 10 mortes.

Por isso, apresento nesta Casa, no dia de hoje, um voto de louvor ao Tenente Rasera, pela forma rápida de resolver um problema que poderia se transformar num grande tumulto, ao suspender essa festividade.

Gostaria que a Casa aprovasse esse voto de louvor e, ao mesmo tempo, esse requerimento se dirige ao Secretário da Segurança, para que o Delegado de Polícia da Fazenda Rio Grande abra um inquérito para proceder à investigação e o indiciamento de todos os responsáveis porque, caso contrário, aí é comprovado que quem manda na Polícia do Paraná não é o Governador, não é o Secretário da Segurança, mas apenas quem manda na Polícia do Paraná é um Prefeito que diz que tem esse poder porque ajudou financeiramente na campanha do Governador Requião.

Terminando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, neste fim de semana, viajei com o Senador Álvaro Dias, que me garantiu que, se depender dele, e certamente que vai depender, porque ele é Senador, aquele absurdo do aumento de Vereadores não irá acontecer. Há muita preocupação sobre o aumento de Vereadores e o Senador Álvaro Dias falou que não passará esse projeto no Senado, não haverá aumento. Fazenda Rio Grande tem 10 Vereadores. A distância maior da Câmara para onde eles residem cinco quilômetros. Com essa lei que se propõe, que aprovaram na Câmara dos Deputados, a Fazenda Rio Grande vai ter 17 Vereadores, morando em uma distância máxima de cinco quilômetros, enquanto o Paraná, com 10 milhões de habitantes, nós 54 Deputados, percorrendo até 700 quilômetros, que é o caso do meu amigo de Cianorte e tantos outros que estão aí. Não justifica um absurdo desses.

A Câmara dos Deputados cometeu a maior barbaridade e certamente que o Senador irá responder, mas deixo isso para outro dia, para não abusar da sua boa vontade.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa.

Na verdade, quero antecipar um pronunciamento que deveria ser feito no dia de amanhã. Infelizmente, no dia de amanhã, estarei em Foz do Iguaçu participando do 94º aniversário daquela cidade, e é justamente por isso que antecipo o pronunciamento referente ao aniversário daquela cidade. Tenho certeza que não faço de forma isolada, somos três naquela cidade. Adotamos por postura nesta Casa de nos somarmos àquela cidade e àquela região. Temos as nossas divergências locais. Foz do Iguaçu, ao completar 94 anos, mostra toda a pujança de cidades semelhantes. Mas infelizmente os dados divulgados, nacional e internacionalmente, nos colocam como a cidade de maior índice de homicídios infanto-juvenis do Brasil. O que certamente está contrapondo e impedindo o desenvolvimento daquela que é a nossa maior indústria, que é a do turismo. Isso somado a outros fatores que, ao

longo dos anos e de décadas que aconteceram em Foz do Iguaçu, fez com que tivéssemos um desenvolvimento acentuado em alguns setores. Mas infelizmente, o desenvolvimento social naquela cidade não caminhou *pari passu* de outras cidades do mesmo porte do nosso estado.

Isso leva a uma apatia por parte da própria população, o que demonstra que uma cidade com mais de 315 mil habitantes não atingiu o 2º turno, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que é de Ponta Grossa, que tem muito menos habitantes e tem 2º turno, mostrando uma maturidade. É justamente essa maturidade que não conseguimos alcançar no processo democrático nas eleições municipais, é que neste Parlamento tentamos fazer, os três Parlamentares. Temos as divergências locais, mas aqui é um Fórum para enaltecermos a nossa cidade.

Não subo aqui para lamentar, mas pelo contrário, para enaltecer, que enquanto muito fazem propaganda no mundo inteiro do nosso país, do nosso principal atrativo, como as Cataratas do Iguaçu, a Itaipu, me coloco como Deputado Reni Pereira, não posso falar em nome dos outros dois, que a minha posição em relação a esses dois atrativos é que são acessórios. A nosso principal atrativo, felizmente, é a força de um povo, que congrega mais de 80 etnias convivendo harmonicamente em um único lugar. Isso sim é ímpar no mundo.

Com base nesse dado que nos permitimos falar que entramos, a partir desse 94º aniversário, rumo ao centenário de Foz do Iguaçu. Com certeza, com a força desse nosso principal atrativo, que não são as Cataratas, que não é Itaipu, mas a força da população, que chegaremos no ano de 2014 colocando Foz do Iguaçu em um patamar estadual e nacional, que já deveria estar há muito tempo atrás.

Não podemos olhar para trás e buscar culpados, mas sim olhar para frente e buscar soluções. É nesse contexto que acredito que Foz do Iguaçu está com a pavimentação do passado e do presente, se preparando para sair daquele crescimento fictício que teve com o advento da Itaipu, em que milhares de pessoas para lá foram construir os seus sonhos. Depois, o sonho do emprego na Itaipu foi embora, veio a economia fictícia do turismo de compra. Agora, definitivamente, se estancou essa alternativa de renda e de dignidade para milhares de famílias da nossa região, em especial da nossa cidade de Foz do Iguaçu. Temos, através de pessoas, de Lideranças políticas e não políticas da nossa cidade, agora, Foz do Iguaçu, para que não no ano de 2014, mas neste ano, no ano que vem e assim por diante, possa estar no lugar onde nunca deveria ter saído, que já estivemos, tanto socialmente como economicamente, melhor colocados em termos de Paraná e de Brasil e principalmente em relação ao turismo. Mas, tenho certeza que com o apoio desta Casa, dos Senadores, em especial do Senador Osmar Dias que está criando um Fundo de Recuperação Econômica para Foz do Iguaçu, os Deputados Federais e Deputados da região que adotaram Foz do Iguaçu, porque sequer um Deputado Federal daquela cidade nós conseguimos eleger, com mais de 315 mil habitantes.

Então, é essa a mensagem, dizer que não lamentamos, pelo contrário, nos motivamos para com aquilo que é a principal força de Foz do Iguaçu, que é a sua população...
(microfone cortado)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero fazer um convite: amanhã vamos fazer uma Audiência Pública, Deputado Edson Praczyk, inclusive a seu pedido, para fazermos um debate sobre o projeto de lei que foi apresentado, foi aprovado na CCJ, a respeito da possibilidade de instalarmos portas de segurança nas agências dos Correios. Estaremos fazendo amanhã, com representantes dos Correios, da Polícia Federal e também diversos segmentos de trabalhadores, a partir das 9h. Contamos com a presença dos Srs. Deputados.

Srs. Deputados, protocolei hoje junto à Mesa Executiva um requerimento e espero que seja votado e aprovado, para que possamos dar andamento à Mensagem nº 016/08, que é aquela mensagem que o Governador mandou e que numa das “escolinhas” o Governador, para onde é transmitido o programa, dizia que estava mandando para a Assembléia Legislativa a PEC da Transparência. Na verdade, essa PEC veio para cá como mensagem e de lá para cá nós temos - e eu falava isso na quinta-feira - seguidas vezes questionado a respeito do porquê não votarmos essa PEC. Então, o que estamos solicitando, já havia dito isso também ao Presidente Nelson Justus, é que conforme o nosso Regimento Interno, que seja colocada em apreciação, em votação a Proposta de Emenda Constitucional, a chamada PEC da Transparência, essa Mensagem nº 016/08, de 28 de abril de 2008, de autoria do Poder Executivo, que acrescenta incisos XXIV e XXV no artigo 27 da Constituição Estadual. O artigo 27 é aquele que fala sobre transparência, legalidade, constitucionalidade. Ou seja, sobre a relação do serviço público. Essa mensagem, me parece que precisa criar já a constituição de uma Comissão Especial, Deputado Belinati, para que essa Comissão possa opinar sobre a proposta. E aí, obviamente que essa Comissão Especial, conforme prevê o nosso Regimento nos seus artigos 196 e 197 e artigo 64 da Constituição Estadual, essa Comissão Especial irá se pronunciar dizendo se entende que ela é ou não constitucional, se precisa de um substitutivo geral ou não, se precisa de parte apenas.

Enfim, teremos, me parece e obviamente que esta é uma decisão de Mesa, e não tenho aqui a menor pretensão de fazer nenhum tipo de juízo e nem de pressionar, porque não é este o nosso papel, mas de solicitar à Mesa que possamos ter essa Comissão, porque tendo essa

Comissão teremos oportunidade, primeiro de fazer esse debate e de ver se é hoje exequível, e isso o Presidente Nelson Justus aqui já na quinta-feira externava a sua opinião, que da forma como está colocada a PEC dificilmente conseguiríamos fazer com que ela se tornasse realidade no Judiciário, no Executivo, no Legislativo, no Tribunal de Contas e no Ministério Público, mas é preciso então que tenhamos essa Comissão, com todas essas considerações, dizendo isso não apenas para nós Deputados, mas para que possamos dizer também para a sociedade, Deputado Praczyk, o senhor que inclusive esteve num debate feito na semana passada aqui, por que não estamos votando?

Acho que a partir daí teremos uma situação que não fica como a situação que temos hoje, e eu já afirmei isso na quinta, repito aqui, uma situação que nos coloca muitas vezes como se não quiséssemos votar algo que, na verdade, ainda não podemos votar, porque a Comissão, de fato, não foi instituída e quando for instituída essa Comissão, ela terá, regimentalmente, a partir da sua constituição com os cinco representantes, um representante de cada um dos cinco maiores partidos, terá 30 dias para fazer, para dar o seu parecer. É bom lembrarmos que aqui na Assembléia Legislativa, diferentemente do Congresso Nacional, a PEC não passa pela CCJ. O Deputado Durval Amaral sabe, Presidente da CCJ e conhecedor do nosso Regimento que é, sabe que as PECs não passam pela CCJ.

Então, não depende da vontade da CCJ, não depende da vontade desta ou daquela Bancada, não depende, individualmente, deste ou daquele Deputado ou Deputada, e não depende, exclusivamente do Presidente ou da Mesa. Depende de uma ação conjunta da Mesa Executiva, que remeta essa solicitação, que remeta essa mensagem...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, no mês de maio, mês passado, entre os dias 18 e 25 de maio, estive em Foz do Iguaçu representando a Assembléia Legislativa em um Encontro da ONU - Organização das Nações Unidas. Eu fui, por deliberação da Assembléia. Fui representar o Paraná. Representei, voltei e fiz um relatório à Assembléia Legislativa do Paraná, dizendo o que se discutia naquela ocasião e o meu trabalho representando a Assembléia.

Qual não foi a minha surpresa, Sr. Presidente e demais Pares, ao abrir o jornal Folha de Londrina desta manhã e encontrar lá o meu nome como o Deputado que

mais faltou, junto com o Deputado Cartário, à Assembléia Legislativa no mês passado. Atribuídas a mim sete faltas, sendo que no momento em que representava a Assembléia, de segunda a quarta, houve quatro Sessões na Assembléia Legislativa, e de sete audiências, quatro absolutamente justificáveis, estava representando este Parlamento, mas o jornal não tece uma linha a este respeito.

Fiquei preocupado, Sr. Presidente, primeiro pela surpresa, visto que o jornal Folha de Londrina que, junto com a Universidade Federal do Paraná fazem esse trabalho de verificação, costuma ser um jornal absolutamente idôneo, isento, sério, e é da minha cidade, inclusive, da cidade de Londrina.

Segundo, porque em outras ocasiões, já no ano passado, em duas delas, fui o único Parlamentar brasileiro a ser convidado para o Encontro da ONU e fui representando o Paraná e esta Assembléia, e naquela mesma ocasião eu levei falta, fiquei como faltoso, como gazeteiro, com um Deputado que não prestigia as Sessões da Assembléia Legislativa.

Agora recebo, no dia de hoje, inclusive aqui está, do Instituto Biosfera, altamente capacitado e reconhecido no Brasil, um convite para ir em agosto para um Seminário Nacional de Saneamento. Acho que não vou e nem vou pedir à Assembléia e o Paraná vai ficar sem o seu representante lá, o único convidado. Será que isto está certo? Gostaria aqui de questionar esta forma como a Folha de Londrina e a Universidade Federal do Paraná têm colocado a questão dos faltosos, dos ditos faltosos na Assembléia Legislativa. Aliás agora inovando, colocando uma coluna como ausência na maior parte das Sessões. O que é a maior parte das Sessões? É 50% das Sessões?

Em função disso, Sr. Presidente e Deputados que me ouvem, quero solicitar ao jornal Folha de Londrina que faça a devida retificação. Vou pedir isso por escrito e peço aqui porque não é possível um Deputado não ter considerada aqui a sua ausência justificada. A impressão que dá, para quem lê o jornal, é que o Deputado Cheida andou por aí, gazeteando, talvez longe do trabalho. Estava em missão pela Assembléia, como muitos Deputados aqui também em várias ocasiões se encontram.

Em segundo lugar, vou encaminhar um requerimento, e peço o apoio dos demais Pares, para que a Mesa Executiva informe aos jornalistas que cobrem as Sessões de quais Deputados estão ausentes de forma justificada. Se isso não acontecer, acho que seria uma insensatez o jornal informando erroneamente, passando a impressão de que o cidadão não vem trabalhar e a Mesa Executiva Legislativa, que liberou o Deputado para esse serviço em prol da Assembléia, não informa devidamente à imprensa que isso acontece. É ruim para todos: para o profissional da imprensa que não informa corretamente, para a população e principalmente para esta Casa, porque fica a impressão de que estamos aqui flauteando e não trabalhando.

Volto a dizer que agora fico em dúvida, Sr. Presidente, se nas próximas ocasiões aceitamos ou não aceitamos, pedimos ou não pedimos, a Mesa da Assembléia encaminha ou não encaminha para o Deputado representar

a Assembléia. Porque se não encaminha, ficamos sem representação e não temos acesso a informações privilegiadas; se pede para ele ir, ele vai, e a Folha de Londrina publica que ele não veio trabalhar! É uma situação que peço que o Presidente Nelson Justus considere isso na reunião da Mesa Executiva e que possa informar à imprensa exatamente o que tem acontecido. E ao jornal Folha de Londrina, que volto a dizer, é um jornal sério e responsável, que corrija esse erro sob pena, obviamente, de estar informando de forma inverídica à população que quer e tem o direito de se informar bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Só para esclarecer, Deputado Cheida, temos essa preocupação sim e realmente nunca tivemos aqui problemas de frequência de Deputados. A Casa sempre obteve a maior assiduidade possível dos Deputados. Ocorre que não temos como impedir que algumas pessoas adotem alguns critérios para medir a frequência dos Deputados. Ora, é evidente que muitas vezes os Deputados têm que viajar, têm que se ausentar, não se mede. Há um critério agora, de meia em meia hora se mede para ver se o Deputado está ou não na Sessão. Antes era o painel, agora tem o painel, não vale. Então fica muito mais para a consciência de cada um dos Deputados do que a responsabilidade de ver seu nome com tantas e tantas faltas. O painel eletrônico fornece, a quem quer que seja, a frequência dos Deputados. Este foi o objetivo. Mas, se alguns órgãos de imprensa resolvem medir a frequência dos Deputados de meia em meia hora, para daí extrair uma média e desta média publicar, não temos como impedir isso. Agora, com que objetivo se faz isso é que eu gostaria de entender.

Mas, compreendo V. Exa. e é perfeitamente normal que tenhamos Deputados nos representando aqui, ali e acolá, em Sessões outras, enfim, não é um colégio. Temos 35 Deputados presentes, hoje, mas quem garante que estão? Ora! Deputado se levanta, sai, atende alguém do seu gabinete. Hoje, pode-se acompanhar as Sessões de casa, de dentro do seu carro, pelo seu telefone celular, em qualquer gabinete, pelo seu computador pode-se acompanhar a Sessão!

Então, o Deputado está antenado, está ligado no que está acompanhando, qual é a hora da votação, o tipo de discurso. Quer dizer, não podemos ficar obrigando que ele fique permanentemente. Por isso ocorrem estes desentendimentos e não podemos não lamentar que tudo isso ocorra. Aliás, isto ocorre em todos os Parlamentares do mundo. É assim mesmo.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de me solidarizar à manifestação do Deputado Luiz Eduardo Cheida, inclusive antes disso já fiz uma manifestação oficial e estes levantamentos que são feitos, porque V. Exa. sabe, Sr. Presidente, sou um dos representantes oficiais desta Casa junto à UNALE. Estive na semana passada num dos maiores congressos já realizados da nossa entidade, a nível nacional, representando esta Casa.

No entanto, neste levantamento aparecerá como ausente, como se eu não estivesse trabalhando, muito embora estava em representação oficial desta Casa. Isto realmente é lamentável e muito embora, no mês, aparecendo falta justificada, muito embora não seja falta, ao final do ano, quando aparece o relatório final, estas observações não são apontadas.

Gostaria, então, de registrar minha solidariedade à manifestação do Deputado Luiz Eduardo Cheida e mais uma vez corroborar no sentido de que se reavalie estas sistemáticas de contabilização de presenças ou ausências e, no mínimo, quando um Deputado estiver em representação oficial, aprovado em Plenário e designado pela Mesa Executiva, que se registre como uma atividade formal, um desempenho oficial de atividades do Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Malucelli.

Deputado Luiz Malucelli (PSDB)

O SR. LUIZ MALUCELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa.

Hoje trago a esta tribuna uma notícia alvissareira ao estado do Paraná, aos agricultores, enfim, ao setor agropecuário do nosso estado. Tivemos, há questão de uma semana, a primeira fazenda do estado do Paraná a receber a certificação sobre a compensação de carbono pelas normas da ONU. É uma notícia importante para nós, que somos ligados aos problemas do campo, mas mais do que isso, a preocupação que tenho com relação ao meio ambiente.

Venho, então, com satisfação, parabenizar a Fazenda Cambiju, que pertence ao Grupo Negresco, que recebeu a certificação de compensação do carbono pelo Instituto Ecoplan. A entidade segue as determinações estabelecidas pelo Protocolo de Kioto, da Organização das Nações Unidas, para certificar as áreas para compensação. E venho aqui trazer uma informação a todo pequeno e médio produtor rural: é possível ser feito, sim, em qualquer área de manejo. Não é preciso ser um megafazendeiro ou um latifundiário. É um trabalho fácil e que precisa, sim, ser divulgado para que o nosso agricultor tenha acesso, para que possa se certificar os créditos de carbono, muito importantes para as futuras gerações do nosso país.

Deputado Elio Rusch, cada hectare certificado na Fazenda Cambiju representa aproximadamente pouco mais de um campo de futebol. É muito pouco, porém as regras da ONU estabelecem que é preciso plantar apenas cinco árvores para compensar a emissão de carbono feita por um carro de pequeno porte, e a Cambiju é a primeira área no Paraná a ser certificada exclusivamente sobre os espaços de reflorestamento dentro dos critérios da ONU.

Como Ponta Grossa está em alta nesta Casa, dizer que a fazenda está localizada lá, como sabem os Deputados de Ponta Grossa, na estrada entre Curitiba e Ponta Grossa, possui 3 mil e 800 hectares, sendo 2 mil e 400 dedicados ao cultivo de pinus e 1 mil e 100 para preservação de araucária.

Então, parabenizo aqui mais uma vez o empresariado paranaense, que sai na vanguarda. Seja na área industrial, seja na área do comércio ou da Medicina, temos dado ao mundo exemplo de como se faz e se faz bem aqui no estado do Paraná. Então, parabéns mais uma vez e que seja o primeiro passo para vários e vários administradores do setor rural, para que possamos ver o Paraná com várias e várias certificações que façam a compensação do carbono.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O assunto que nos traz à tribuna na Sessão de hoje, no horário do Grande Expediente, é sobre aquilo que foi noticiado durante a semana no que diz respeito à ParanaPrevidência. Quero dizer aos Srs. Deputados que quando fui eleito pela primeira vez como Deputado, em 1990, o Governador Roberto Requião também se elegeu Governador pela primeira vez no nosso estado. Em 1992 o Governador Roberto Requião nos convenceu - a Assembléia Legislativa - a criar um Fundo Previdenciário no Estado para garantir a aposentadoria dos funcionários da ativa. A Assembléia Legislativa, em 1992, há 16 anos, aprovou e se instituiu no nosso estado um Fundo Previdenciário. Passado pouco mais de um ano, quando o Fundo já estava se capitalizando com alguns milhões e milhões de reais, a Assembléia Legislativa foi tomada de surpresa por uma mensagem do Governador do estado do Paraná extinguindo o Fundo Previdenciário no Estado do Paraná, e na mesma mensagem ele dizia que os recursos que estavam no Fundo Previdenciário seriam transferidos para o Tesouro do Estado, os inativos passariam para a folha de pagamento e o desconto dos funcionários seria repassado também para o Tesouro do Estado.

Estávamos inconformados! Não poderíamos aceitar a extinção de um Fundo recém-criado, que seria o Fundo que garantiria exatamente para os funcionários da ativa a sua segurança no futuro, quando viessem a se aposentar. Mas o Governador, em 1993, ele usa a

maioria na Assembléia Legislativa, e aprova uma lei e extingue o Fundo Previdenciário, transfere os recursos para o Tesouro do Estado, assume o Governo do Estado na sua folha os inativos e os futuros aposentados e pensionistas do Governo do Estado. Lembro-me que eu, particularmente, apresentei uma emenda naquela ocasião, dispondo que os recursos que estavam depositados no Fundo Previdenciário ficassem numa conta específica para a compensação, no futuro, quando os funcionários viessem a se aposentar. Infelizmente, a nossa emenda foi rejeitada, como outras emendas também foram rejeitadas, e prevaleceu a maioria na Assembléia Legislativa e extingue-se o Fundo da Previdência.

Vem um novo Governo, 1998, cria-se a ParanaPrevidência. E o que é a ParanaPrevidência no estado do Paraná? Sustentada sobre três pilares, Srs. Deputados, e os senhores sabem tão bem quanto eu, um pilar é o Fundo Previdenciário, que garante a aposentaria das pessoas que estão na ativa hoje. Segundo pilar, o Fundo Financeiro que assume o pagamento dos inativos, e o Governo do Estado aporta os recursos para o Fundo Financeiro que assume o pagamento dos inativos, e o Governo do Estado aporta os recursos para o Fundo Financeiro. E o terceiro pilar seria o Fundo da Saúde, que garante para os funcionários, através do SAS, assistência médica para os nossos funcionários.

Muito bem, o que aconteceu no transcorrer de todo esse tempo, de 1998 até agora? Nesse 1º mandato, ou no 2º mandato do Requião, há questão de uns três, quatro anos passados, se falava, e muito, de transformar a ParanaPrevidência numa autarquia. Levantamos a nossa voz aqui na Assembléia, os Deputados da Oposição levantaram a sua voz, começamos uma pequena mobilização evitando que a ParanaPrevidência fosse transformada numa autarquia, porque transformando a ParanaPrevidência em autarquia, automaticamente o Governo poderia utilizar esse dinheiro que estaria então na ParanaPrevidência a qualquer momento. Felizmente essa mensagem não veio para a Assembléia Legislativa e a ParanaPrevidência permaneceu como ela foi criada em 1998. E agora, Srs. Deputados e imprensa do Paraná, os senhores sabiam que a ParanaPrevidência, segundo os números, tem o capital superior ao capital da COPEL?

Em 2003, uma grande rede de televisão do Brasil fez referência a três Institutos de Previdência que foram criados em alguns estados da nossa federação, que seriam o Paraná, a Bahia e o Rio de Janeiro. Bahia e Rio de Janeiro, o Fundo Previdenciário, praticamente está falido. No Paraná o que é que tomamos de conhecimento, essa semana e nos últimos dias, já quando foi publicado balanço da ParanaPrevidência referente ao exercício de 2007? Qual foi a surpresa? A dívida do Governo do Estado com a ParanaPrevidência. Qual é a verdadeira dívida do Governo do Estado com a ParanaPrevidência? Ora, eu vou dizer uma coisa para os senhores, sem querer acusar Governo, sem querer defender Governo, mas uma questão coerente, e isso tem que ser lembrado, o ex-Governador Jaime Lerner,

apesar de todos os defeitos que ele tem, ou suas virtudes, se ele tivesse feito apenas duas coisas no estado do Paraná, elas servem de exemplo para o Brasil: a industrialização do estado do Paraná e a criação da ParanaPrevidência.

Quem aproveita a ParanaPrevidência? Salva o Paraná no futuro. Sabemos da Lei Camata, é uma questão muito técnica para ser explicada. O estado não pode gastar mais de 60% com a folha de pagamento, incluindo os três Poderes.

Se tirarmos todos os aposentados e pensionistas e colocarmos na ParanaPrevidência e, sustentada e paga pelo Fundo Financeiro, com toda certeza o Paraná, no futuro, terá fôlego para pagar um aumento maior aos seus funcionários.

Mas o que vemos agora? Um impasse. Uma desinformação entre integrantes do Governo. E quais são elas? É o ex-assessor jurídico Francisco Alpendre, da ParanaPrevidência, que disse para a imprensa da dívida que existe do Governo do Estado com a ParanaPrevidência.

A ParanaPrevidência é o segundo maior Fundo Previdenciário público do Brasil. É referência.

O Sr. Renato Folador é um dos mais técnicos nessa área. Foi ele o autor da ParanaPrevidência. Foram meses e meses de estudo.

Neste momento, conclamo aos funcionários do Paraná, do Tribunal de Justiça, desta Casa, a todos os funcionários, que fiquem atentos à sua aposentadoria, que é a ParanaPrevidência.

Não sou especialista, não! Mas conheço aquilo que votamos em 1992 e 1993 e aquilo que está se discutindo agora. Naquela época era o Stephanes Júnior Secretário de Administração do Governo passado, hoje é Deputado Estadual.

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Fui um dos executores da ParanaPrevidência. É um modelo para o Brasil. Ela alavanca o desenvolvimento econômico do estado do Paraná. São bilhões de recursos que são aplicados em diversas atividades e garante a aposentadoria dos funcionários públicos estaduais. E, mais do que isso, ajuda que a folha não seja onerada.

A minha única preocupação é o modelo de gestão. Hoje a ParanaPrevidência tem que ser gerida como se gera o Fundo de Previdência do Banco do Brasil, da PETROBRAS, da COPEL e da SANEPAR. Inclusive, acho ruim criticar que se aplicou o dinheiro através de Bancos privados, que normalmente têm ótimos fundos de investimentos e rendem mais que colocar em papéis que são lastreados no dólar, pois caiu o rendimento. O modelo de gestão tem que mudar. Mas também não pode haver o descumprimento dos repasses que são feitos. Espero que não esteja acontecendo!

Quero apenas defender a instituição, que é muito importante para o Brasil e para o Paraná, pois garante o futuro dos aposentados do estado do Paraná.

Muito obrigado!

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas) (Aparte)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouçõ seu pronunciamento com atenção e com preocupação. Preocupação, porque quando o Poder Executivo do Estado do Paraná não repassa os recursos obrigatórios para a ParanaPrevidência, para poder dar suporte ao pagamento das aposentadorias dos servidores, todo final de mês, me traz, repito, uma preocupação. Primeiro, porque é um ato ilegal. O Governador está segurando o dinheiro dos servidores. Segundo, quem tem uma apropriação indébita, tudo indica que o estado está em situação financeira ruim. Por que ele não está repassando aqueles recursos obrigatórios? Será que o estado não está bem de finanças? Sabemos que o Governador do Estado do Paraná fala aos quatro cantos que é um grande gestor, um grande administrador, mas no momento que ele não cumpre, que ele não repassa os recursos obrigatórios dos servidores, me preocupa. Cabe a nós nos aprofundarmos nessa discussão para sabermos se o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria da Fazenda, está numa situação financeira a qual eles vendem na mídia que está.

É preocupante e temos que nos aprofundar, porque se os repasses não acontecerem, uma hora, com certeza, os aposentados, os servidores inativos, estarão não recebendo seus vencimentos.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Obrigado, Deputado Plauto, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que foi Secretário da Administração do Governo passado, brilhante Deputado, que confirmam exatamente a nossa preocupação, que deve ser a mesma dos funcionários do estado do Paraná.

Sobre a aplicação dos recursos em Bancos oficiais ou Bancos privados, é uma determinação administrativa que, também, não vejo motivo nenhum. Por que não aplicar até numa instituição privada, desde que esse instituição seja sólida, onde a ParanaPrevidência possa ter um rendimento maior? O que quero dizer para os senhores ainda: só espero que o futuro Presidente ou já Presidente da ParanaPrevidência, o ex-Desembargador, aposentado hoje, mas já nomeado Presidente da ParanaPrevidência, o Munir Karam, efetivamente faça uma auditoria independente na ParanaPrevidência e que passe às claras aquilo que está acontecendo dentro da ParanaPrevidência.

Qual é o verdadeiro furo? Qual é o furo da ParanaPrevidência? Quanto é que o estado do Paraná deve, porque a lei que aprovamos, no artigo 86, é obrigação do estado. Ali fala do estado, fala de todos os Poderes. No parágrafo 4º diz o seguinte: “O Governador do Estado, o Presidente do Poder Judiciário, o Presidente do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, o Procurador Geral do Estado serão responsabilizados, na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições de cargos não sejam cumpridas até o 5º dia útil do mês subsequente.” Olha, está na lei. O Governador está incorreto num crime de responsabilidade. A quem cabe fazer essa denúncia? É ao Presidente da ParanaPrevidência. Já que o Zé Maria saiu

- e deve ter seus motivos - agora, o novo Presidente da ParanaPrevidência deve fazer uma auditoria independente, que possa, efetivamente, mostrar e clarear os números para a sociedade do Paraná, porque a preocupação é muito grande.

Vejam, Srs. Parlamentares, o que eu disse antes: o capital, o valor da ParanaPrevidência, ser igual ou superior ao da COPEL, que é a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, são bilhões e bilhões de reais! Então, não dá para brincar, neste momento. Espero que o Governador do Estado do Paraná possa usar exatamente a estrutura e esclarecer à sociedade do Paraná em relação à questão da Previdência do nosso estado.

Muito obrigado!

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a presença do Prefeito de Toledo, José Carlos Schiavinato e ainda a presença aqui nesta Casa, do Deputado Federal Dirceu Sperafico.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos a Casa. Devidamente registrado. De igual maneira, o Deputado Federal Ricardo Barros e o Vereador Cláudio Stabach, de Contenda. Sejam todos bem-vindos a Casa!

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declina).

Democratas.

(Declina).

PT. Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, eu ouvia o Deputado Elio Rusch. Falei com o Deputado Péricles, que é Líder da nossa Bancada, solicitei a ele, Deputado Romanelli, que pudesse usar o horário da Liderança do PT. Estava aqui conosco o Coordenador do Fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. Parece-me que esse assunto que está sendo debatido e discutido neste final de semana não pode ser tratado entre Oposição e Situação. Ao contrário, acredito que a situação que se coloca na ParanaPrevidência, é preciso colocar a fundo as informações e respostas. Não é de hoje e há uma série de situações que vêm sendo levantadas. Há alguns meses ou anos. O que nós, aqui na Assembléia, o Partido dos Trabalhadores discutimos, é que essa situação não pode ser tratada em momento algum, Deputado Romanelli, como se fosse de um lado Oposição e do outro lado Governo. Não é assim, até por-

que não vamos partidizar e politizar, no sentido de disputa, um debate, sobre um Fundo que está entre os maiores do Brasil, que tem sob sua responsabilidade cerca de 200 mil ou mais trabalhadores, que tem por obrigação compor as pensões e aposentadorias de milhares de pessoas e que não pode ser tratado como se fosse apenas um tema pontual deste ou daquele Governo. Porque quem está hoje na Oposição já esteve na Situação; quem está hoje na Situação também já esteve na Oposição e poderá acontecer essa inversão daqui a um ano, dois anos, três anos.

Srs. Deputados, eu falava com o Deputado Péricles, hoje, e me parece que essa situação é muito mais profunda do que fazer da Assembléia Legislativa um espaço legítimo, obviamente necessário, mas que vise por um lado desgastar o Governo, como se fosse uma responsabilidade exclusiva deste Governo, ou desqualificar a Oposição como se os temas, os assuntos levantados, não fossem de interesse do servidor.

Hoje, às 16h, agora, há uma reunião acontecendo com todos os sindicatos do estado do Paraná que têm representação na ParanaPrevidência - os trabalhadores têm representação dentro do Conselho de Administração da ParanaPrevidência. Por isso mesmo, Deputada Rosane, os trabalhadores são os maiores interessados que essa situação não deixe nenhuma dúvida quanto aos métodos e procedimentos que estão sendo tomados. Inclusive, se houver porventura qualquer diferença daquilo que deveria estar no Fundo com aquilo que, de fato, está no Fundo, não há como você não fazer um debate técnico a respeito disso.

Cito aqui o caso da PREVI - Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, por exemplo, durante um certo período, está tendo um superávit hoje de mais de 30 bilhões. Obviamente com isso possibilitou que não recolhesse parcelas dos trabalhadores, que aumentasse o benefício, que tivesse uma nova visão sobre a aposentadoria que já havia sido feita. Tudo isso foi feito dentro de um estudo e de um debate com os trabalhadores da PREVI do Banco do Brasil. E assim foi com outros Fundos, que tiveram um grande superávit neste período recente, que conta a situação que vivem as Bolsas de Valores, inclusive.

A ParanaPrevidência, que é um dos grandes Fundos que temos no Brasil, não pode, como falei aqui, ser tratado como se estivéssemos conversando sobre algo corriqueiro, sobre algo comum, sobre alguma coisa que envolvesse algumas dezenas de milhares de reais. O que por si só, obviamente, merecia uma atenção especial. Mas não, estamos falando de valores que vão de 1 a R\$ 3 bilhões. Se tecnicamente houver qualquer tipo de falha no processo, tem que ser resolvido tecnicamente e não politicamente. Não podemos desqualificar, inclusive, a administração do Fundo, até que tenhamos e se tivermos comprovação de que houve erro ou má-fé, o que não me parece em momento nenhum, porque caso contrário, quem perde não são apenas os trabalhadores; perde o estado do Paraná e

perdem os investidores, que hoje têm na ParanaPrevidência investido em recursos e que possivelmente terá dificuldades de buscar investimentos futuros.

Esta preocupação, conversamos hoje com o Deputado Péricles na parte da manhã, e essa é uma preocupação que a nossa Bancada tem. Não vamos fazer de um debate necessário. É importante que tem espaço aqui na Assembléia Legislativa, mas não vamos fazer um debate que se resume a quem está certo ou errado, porquê está certo ou errado. Se tecnicamente apurarmos que há hoje um déficit na Previdência dos servidores do estado, ele deverá ser corrigido, mas não de uma vez só, poderá ser ao longo dos anos. Já acompanhamos junto à Secretaria de Previdência Complementar, situações onde foram corrigidas ao longo de 10, 15 anos, porque a impressão que dá, se temos 1 bilhão ou dois ou três que não foram ao seu tempo aportados, teriam que ser corrigidos de uma vez só. Isso não é verdade, até porque não existe o sentido de você ter que honrar com as responsabilidades, com os compromissos assumidos com os setores públicos nesta semana, neste mês ou neste ano. Eles estão colocados ao longo do tempo e ao longo do tempo que o estado terá, se houver necessidade, a complementação dos valores que porventura não tenham sido colocados ao seu tempo nesse Fundo.

Então, acho que esse é o caminho que queremos debater aqui na Assembléia. Volto a insistir, o Deputado Elio Rusch fez um pronunciamento que concordo, em parte, com ele, mas estou dizendo que esse não é um debate de Situação e Oposição. Não é o debate que o Fundo de Previdência dos Trabalhadores terá obrigatoriamente que, amanhã, ter mais um, dois, 3 bilhões. É um debate para sabermos se daqui a seis ou 20 anos, quando as pessoas que estão fazendo hoje a sua contribuição e que vão demandar aposentadoria, se elas terão garantidas as suas aposentadorias. Inclusive aqueles que estão tendo agora.

Por isso, me parece que mais do que fazermos o alerta, é necessário uma profunda discussão e talvez uma análise técnica, para sabermos o quê, de fato, existe. Se politizarmos esse debate, perde a Oposição e perde o Governo. Não estou preocupado se o Governador terá ou não que responder, até porque tenho muitas dúvidas com relação a isso e não vou dar opinião a respeito.

Hoje, os servidores estão com os seus 11 sindicatos reunidos, a partir das 16h, esses servidores responsáveis por quase 180 mil trabalhadores do estado do Paraná, preocupados em saber quais as notícias que são, de fato, verdadeiras e não verdadeiras, para não criarmos nenhum terrorismo no sentido de alarmarmos as pessoas, achando que amanhã pode ocorrer delas perderem as suas aposentadorias. Isso não é verdade. Agora, queremos também saber se daqui a seis meses ou daqui a um ano, quando as pessoas tiverem que demandar pelas suas aposentadorias, se elas terão a tranquilidade de saber que esses recursos estarão lá aportados, como diz, inclusive, a própria lei.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo aqui até um apelo, tanto ao Líder da Situação, como ao Líder da Oposição. Acho que este é um debate sereno, Deputado Elio Rusch, necessário e oportuno. Oportuno, porque me parece que esse é um momento muito tranqüilo para fazermos este debate. Sereno, porque não queremos criar nenhum constrangimento para qualquer um dos lados. E necessário, porque obviamente que notícias como esta que estão todos os dias nas páginas dos jornais, Sr. Presidente, não são notícias plantadas, elas têm uma origem e devem ser, a seu tempo, respondidas aqui nesta Casa, que é o espaço apropriado para fazermos este debate.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB

(Declina)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputado Elio Rusch.

Quería chamar a atenção do Deputado Elio Rusch, que eu queria que V. Exa. pudesse me responder uma pergunta: V. Exa. sabe quanto que é a folha de pagamento dos pensionistas e aposentados do estado, atualmente? O senhor tem uma noção de quanto é este valor?

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Não sou Governo, Deputado Romanelli, mas quero dizer o seguinte: deve chegar em torno de 35 a 40% do total da folha.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer, não quis de maneira nenhuma criar nenhum constrangimento a V. Exa. V. Exa. vai entender o meu raciocínio. Por que perguntei isso?

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Qual é o valor? O senhor poderia dizer qual o valor total da folha e quanto dos aposentados?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou dar os números todos e V. Exa. vai entender onde eu quis chegar com esse raciocínio. Foi justamente para chamar a atenção aqui desta Casa, para que esta discussão não se encaminhe justamente, ou pelo discurso descolado da realidade, ou então por conta de uma certa visão que muitas vezes temos, nós paranaenses, numa autofagia assustadora, porque quanto tem hoje no Fundo de Previdência? Quanto que o Governo do Rio Grande do Sul, da Governadora Ieda Crusius, do PSDB, recolhe para a Previdência do Fundo de Previdência do

Rio Grande do Sul? O senhor sabe, Deputado Marcelo Rangel? Não sabe. Mas eu vou responder: zero. Quanto que o Governador Serra, Governador do PSDB de São Paulo, recolhe para o Fundo de Previdência? Zero. Quanto que o Governador Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais, recolhe para o Fundo de Previdência? Muito pouco. Recolhe, mas muito pouco.

Estou falando isso pelo seguinte, Deputado Elio Rusch: nosso Fundo tem R\$ 4 bilhões. Vou responder a pergunta da Folha para que todos entendam esse raciocínio: a folha de pagamento dos pensionistas e aposentados do estado, hoje, maio de 2008, foi de R\$ 195 milhões.

V. Exa. sabem quanto que saiu diretamente do Caixa do Tesouro e foi direto para o pagamento para a ParanaPrevidência desse valor de R\$ 195 milhões? Cento e sessenta e nove milhões de reais.

Quem banca a aposentadoria no estado do Paraná não é o dinheiro da ParanaPrevidência. Quem banca a aposentadoria dos servidores públicos do estado do Paraná é o Tesouro do Estado.

A outra parcela, vou responder, calma, V. Exa. agora escute, não respondeu antes, agora escute o que vou dizer para entender, senão depois V. Exa. vai à tribuna e repete num novo discurso. Vamos entender o que está acontecendo para poder socializar aqui a informação. Acho que isto vale a pena. Eu fui hoje pela manhã atrás disso, fui me informar sobre isso, justamente para poder falar aqui da tribuna.

O que ocorre é o seguinte: quanto que hoje nós arrecadamos? Quem que paga os outros 25 milhões? São as arrecadações que são feitas em paridade entre o que dá o servidor e o que dá o estado. Isto dá um montante de quanto? Trinta milhões de reais por mês. Desses 30 milhões, 25 milhões são para complementar esse valor dos 195 milhões; o restante do dinheiro fica no Serviço Social Autônomo chamado ParanaPrevidência. Digo mais, a lei estadual que criou a ParanaPrevidência diz o seguinte: o estado deveria pagar 1,5%, todo mês, do valor da folha. Quanto daria isso, hoje? Dois milhões e 925 mil. Quando o estado paga hoje? Um milhão e 200 mil. Por que paga 1 milhão e 200? A ParanaPrevidência tem uma estrutura enxuta suficiente para poder tocar tudo isso. Isso é taxa de administração, não é para compor nenhum Fundo de Previdência, é dinheiro separado, não mistura uma coisa com a outra. Por quê? Porque são dois Fundos, o Fundo Financeiro que é este que o estado coloca todo mês 169 milhões, e o Fundo de Previdência, que é este que tem R\$ 4 bilhões em títulos públicos federais, a grande maioria, 95% dos investimentos são os títulos públicos federais.

Então, ainda há um outro tema que já foi até debate aqui nesta Casa, fala-se da dívida, uma suposta dívida, bom, tem uma dívida que não é dívida, mas que quando o Governo do arquiteto, o Dr. Jaime Lerner, criou a Previdência, fez as negociações com os nossos recebíveis, os royalties que o Paraná tinha, isso capitalizou a ParanaPrevidência, claro que o Governo não recebe esse

recurso, que é um recurso substancial, vai esse dinheiro para a ParanaPrevidência. Então a equação, não há magia no dinheiro, de onde vem o dinheiro para a ParanaPrevidência? Da capitalização, nós sabemos. O que ocorre na prática? Teve um cálculo, que é o chamado plano de custeio inicial. Como foi feito esse plano de custeio? Foi feito com base em estudos atuariais, ou seja, com base nos dados pessoais dos servidores, dos seus dependentes, da faixa etária.

Bom, algumas alterações aconteceram, porque os servidores estão vivendo mais, estão ganhando um salário melhor, tem toda uma questão que envolve. A própria definição do plano de custeio, o plano de custeio é uma fotografia de momento e ele tem que ser, de tempos em tempos, reavaliado. Bom, o Governo do arquiteto tinha que ter colocado R\$ 796 milhões na ParanaPrevidência. Aí, é claro, fez as contas lá naquele momento: “Não tenho os R\$ 796 milhões para colocar”. Em quantos meses? Aí ele fez o seguinte, num determinado momento: “Vou deixar para o próximo Governo pagar a conta”. Então, ele fez internamente o contrato, o convênio com o Fundo: “Vamos pegar aqui esta conta dos R\$ 796 milhões, a partir de 2005.” O que aconteceu na prática? O fato é que estes R\$ 796 milhões, divididos por 276 meses, dá um valor de aproximadamente R\$ 2 milhões e 800 mil.

Reconheçamos, para a arrecadação da receita do nosso estado, é um valor reconhecidamente pequeno, irrisório diria até, sem querer desprezar nenhum real do imposto que o povo paranaense paga, mas é um valor que não é significativo para o Tesouro. Agora, há uma dúvida da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado de efetuar este pagamento, há uma discussão, há um parecer sendo elaborado sobre isso. E o fato é que este valor, R\$ 796 milhões, é na verdade a parte discutível desse tema todo.

Agora, o que acontece, Deputado Elio Rusch? O estado está pagando outros tipos de aposentadoria, que deveriam ter sido já pagos pelo Fundo de Previdência e esse dinheiro está saindo para o Fundo Financeiro, por responsabilidade da administração austera que o Governador faz!

Então veja V. Exa., Deputado Elio Rusch, uma coisa é o discurso descolado da realidade, é fazer como foi aquela questão do jornal que, de forma sensacionalista, anunciou como se vivêssemos o caos, dívida de 3 bilhões e 400 milhões, enfim. Isto é um descolamento absoluto da realidade, do que estamos vivendo. E mais: em relação à questão do estado do Paraná, ou seja, o Paraná fez uma opção. Qual é a opção? Dos inativos não pagarem a Previdência. Eu, pessoalmente, acho que é injusto, é uma regra da legislação federal, o inativo não contribui, não paga. A Emenda Constitucional nº 041 permite, na verdade, um desconto naquela parcela apenas superior ao valor máximo, do teto, da aposentadoria de R\$ 1.200.

Ora! Sabemos que a grande maioria, a massa dos servidores públicos estaduais está na faixa de R\$ 1.800 a R\$ 2.600. Esta é a grande massa que temos em termos de aposentadorias e pensões. Claro, tem lá uma meia dúzia que ganha mais do que isso, mas a grande maioria, a massa salarial, está nesta faixa.

Na verdade, se pudéssemos, de forma responsável, discutir este tema, certamente saberíamos que os Fundos estão sendo muito bem gerenciados, que o estado é que está bancando a folha da ParanaPrevidência, é daí que sai o dinheiro, e que pudéssemos não desinformar a opinião pública, nem aos servidores e em às pessoas que, de boa-fé, lêem os jornais e que acabam sendo induzidas pelo discurso fácil.

Acho que temos que saber preservar as coisas boas que o nosso estado fez. E quero concordar com V. Exa., embora muitas vezes eu divirja. V. Exa. tem razão, há um segundo movimento importante em relação ao que se atribui ao ex-Governador Jaime Lerner, o Fundo de Previdência é um instrumento importante. E este Governo tem tratado este Fundo com esta responsabilidade, com a responsabilidade que, de fato, devemos tratar as coisas, da coisa pública, da res pública (sic).

Agradeço a atenção e concluo dizendo o seguinte: estes encaminhamentos devem ser feitos, os pedidos de informações, vamos esclarecer à Casa e à opinião pública sobre este tema, entendo que não podemos tratar do tema de uma forma nem partidarizada e nem politizada, entre Oposição e Situação. Penso que com estes esclarecimentos certamente vai fazer com que muitos Parlamentares possam refletir sobre este tema. O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que é um especialista, pode-se aprofundar com relação a este tema todo e esta Casa tem que debater e discutir, mas a serenidade de saber que não tem nenhum servidor público com aposentadoria ameaçada.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Subo a esta tribuna como representante do nosso estado, mas mais especificamente e com muito orgulho e alegria, representando a cidade de Palmeira, dos campos gerais.

Deputado Luiz Malucelli, estou subindo a esta tribuna para passar uma informação muito importante, alvissareira, uma notícia que tenho certeza vai alegrar os cidadãos daquela cidade, aonde alcancei a maior votação, mas também representa uma notícia importante para todo o estado do Paraná.

No dia 16 de abril nós, através do Plenário da Assembléia Legislativa, encaminhamos um requerimento à Superintendência da PETROBRAS e através da Comissão de Obras da Assembléia Legislativa, da qual fazemos parte, inclusive como Presidente dessa Comissão, encaminhamos questionamentos à Superintendência da PETROBRAS sobre o projeto de instalação da usina de biodiesel no município de Palmeira. Fizemos o questionamento, perguntando em que fase encontrava-se o projeto de instalação e qual o prazo para a implantação da referida usina, qual a capacidade futura de produção e quantos empregos diretos serão gerados com o empreendimento.

Recebi a informação oficial da PETROBRAS e, neste momento, mais uma vez, repito que com muito orgulho passo a informação oficial da PETROBRAS.

“Atendendo ao requerimento do Deputado Marcelo Rangel, de 16 de abril, respondemos:

O projeto de instalação da usina de biodiesel no município de Palmeira já está em processo de execução.

O projeto de instalação encontra-se na fase de avaliação técnico-financeira pelos técnicos da PETROBRAS e será encaminhado à diretoria da PETROBRAS para continuidade do projeto.

O prazo para implantação da referida usina em Palmeira, após aprovação da diretoria, será de aproximadamente 24 a 36 meses.”

Senhoras e Senhores, cidadãos da querida cidade de Palmeira. A notícia é de que em 24 ou no máximo 36 meses já estaremos presenciando a implantação da referida usina de biodiesel e a capacidade futura de produção deverá ser de 113 mil m³ de biodiesel por ano.

E agora a notícia mais importante: “Durante a construção dessa usina serão criados mais de 1.000 empregos diretos para a construção da usina. A usina terá com base a agricultura familiar, que corresponderá a mais de 30% da matéria-prima necessária.

Permanecemos à disposição para esclarecimentos adicionais que se façam necessários”. Assina João Adolfo, representante da PETROBRAS.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Quero me somar aos seus esforços, Deputado Marcelo Rangel. Inclusive, no mês de janeiro estive com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni em Palmeira, em uma reunião com dirigentes da PETROBRAS, onde foi feito o primeiro anúncio dessa usina, em parceria com o Prefeito, sendo que inclusive foi discutida a questão logística de Palmeira, e o terreno, a Prefeitura assumiu o compromisso de fazer a doação do terreno para a PETROBRAS. Agora, acho que é uma luta que devemos continuar todos juntos, porque há muito conflito de interesse entre municípios com relação a essa usina e o município de Palmeira foi destacado por uma questão logística, fundamentalmente, porque outro município, como São

Mateus, também tem em seu entorno a propriedade familiar agrícola, que é fundamental e está dentro da estratégia da construção dessa grande usina de biodiesel.

Parabéns ao senhor e estamos juntos nesse trabalho!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço, Deputado Péricles, e acredito que esse empreendimento, essa usina não irá somente beneficiar a cidade de Palmeira, mas também São Mateus, toda região dos campos gerais e até mesmo terá reflexos na cidade de Ponta Grossa, que é a cidade pólo dos campos gerais.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Malucelli.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)

Queria parabenizá-lo pelo esforço e pela luta de levar a usina para a cidade de Palmeira, e quero parabenizar a cidade de Palmeira, porque é uma cidade progressiva, uma cidade que traz tanta gente boa aqui para a capital, uma cidade que tem uma das maiores bacias leiteiras do estado, vizinha de sua querida Ponta Grossa, que o senhor representa tão bem! Por isso, parabéns! Palmeira merecia essa notícia e torna-se uma notícia tão importante, porque com certeza mudará todo o perfil daquela região, uma região agropastoril, uma região pujante no setor leiteiro, mas que terá o seu perfil modificado com a chegada da usina lá.

Por isso, parabéns a todos! Precisamos que, as pessoas se qualifiquem imediatamente, para que recebam a PETROBRAS e para que estejam preparadas, o pessoal da região esteja preparado para começar a serem empregados dentro da PETROBRAS, porque evidentemente precisaremos de pessoas qualificadas. Mais uma vez parabéns por essa conquista e parabéns a todos os palmeirenses.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

E agradeço a esta Assembléia Legislativa, pela aprovação deste requerimento e agradeço também a Superintendência da PETROBRAS pelas informações. E mais uma vez, a todos os cidadãos de Palmeira e da região dos campos gerais, os parabéns de um representante Parlamentar da Assembléia Legislativa. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PTB/PR.

Com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores. Meu caro Deputado Péricles de Mello, nosso Líder do PT hoje aqui presente também nessa Sessão, dando sempre a sua participação muito importante. Só falta ver aqui na Assembléia cavalo voar, qualquer hora acho que verei ainda, porque aqui a gente vê de tudo. Qualquer hora eu espero ver algum cavalo voar, porque a gente vê de tudo por aqui.

Mas, eu queria aproveitar a Sessão de hoje para, com muito orgulho, registrar a presença aqui de um cidadão que ajuda a cuidar da segurança da nossa cidade do nosso Paraná. Quando se fala em segurança, é muito fácil fazer crítica à segurança. Mas, boas são aquelas medidas que são feitas por pessoas que ajudam a aumentar a segurança quando constroem programas sociais que ajudam a preparar um menino, um jovem para que ele saia das drogas, saia da vida fácil, e que ele possa acima de tudo ter um futuro pela frente.

E hoje, é com muita alegria que nós registramos aqui a presença nesta Casa do nosso querido Paulão, que está ali na tribuna de honra com a camiseta de nosso Operário - Sr. Presidente, V. Exa. que gosta do nosso time também - aqui temos a presença do Paulão. O Paulão é um dos mais brilhantes lutadores de Muay Thai do Brasil, e ele no dia de amanhã está indo à Espanha, Portugal, onde fará duas lutas importantes. E é um lutador muito simples, campeão, um lutador que vem ganhando fama pela sua simplicidade, e que lá num bairro em Ponta Grossa ele tem uma academia que forma jovens, forma meninos, prepara meninos, ensina os meninos a arte de lutar para o bem e não para o mal.

Então, eu queria fazer esse registro do nosso Paulão que está aqui que viaja amanhã para à Europa. Todo artista quando começa a vida ele começa assim, começa sofrendo, depois ele fica famoso, assim temos exemplos aqui do Vanderlei no Paraná e de tantos outros. E ele vai à Espanha e a Portugal defender o seu título, vai levar a sua luta que aqui no Brasil já está bem adiantado, ele já venceu muitas lutas aqui, precisa vencer fora, já esteve na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, e agora vai para Europa. E ele, é um cidadão que ajuda a manter a tranquilidade em Ponta Grossa quando tem uma escola, tem uma academia que prepara jovens. Então, boa sorte Paulão em nome desta Casa, tenho certeza que você vai muito bem lá, e haverá de honrar essa camisa do nosso Operário de Ponta Grossa - Operário Ferroviário, Sr. Presidente, está ali a camisa, o Presidente é fã do Operário, seu pai jogou no Operário. O Operário está classificado entre os quatro na fase final da 2ª divisão. Se Deus quiser sobe para a 1ª no ano que vem. Sucesso, Paulão! Continue cuidando das crianças. Porque quando se cuida das crianças está se investindo na qualidade de vida das cidades e das pessoas. Que você possa ser muito feliz!

Quero aqui fazer um cumprimento a COPEL. Notícia que recebemos que a COPEL faz economia de 93% com a troca de telefonia celular.

“Quem quiser economizar dinheiro deve seguir alguns exemplos da COPEL. Entre eles a troca de operadora de telefonia celular. Só nessa área a redução de custo foi de 93%. Segundo o Gerente do Departamento de Administração da COPEL Leonardo Castilho. Hoje a COPEL utiliza 1.100 celulares e outros 1.100 com dados, num total de 2.200 aparelhos que, operados pela TIM tinham um custo de 180 mil por mês. Com o pregão

eletrônico realizado pela Companhia, a operadora vencedora foi a Claro. E os custos não ultrapassaram 16 mil por mês. No interior do estado, onde ainda não há o sinal da empresa, a COPEL irá dar um prazo de seis meses para que sejam instaladas as redes.”

Portanto, aqui está um exemplo de gastar bem o dinheiro público. A COPEL saiu da operadora TIM e foi para a Claro. Vejam que espetáculo que está dando aqui a COPEL. Muitos criticam a COPEL, mas tem horas que devemos elogiar. E aqui está um exemplo de austeridade no serviço público. São atitudes dessa natureza que fazem com que sobre dinheiro no serviço público. Um exemplo a ser seguido por outras instituições. E um exemplo a ser seguido por outros Governos. Com isso ganha o erário público que passa, a partir de agora, ter uma economia de 93%.

Isso se chama austeridade no serviço público registrado através da COPEL.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando levantamos a questão da ParanaPrevidência e da possível dívida do Governo do Estado com esta Instituição, foi com o objetivo de alertar os funcionários do Governo do Estado.

O Líder do Governo tentou fazer a defesa da ParanaPrevidência, como também faço. Quero que a ParanaPrevidência seja uma Instituição que possa fazer o pagamento dos funcionários que estão na ativa hoje.

Quando o Deputado Romanelli nos questionava, qual era o valor que o Governo do Estado estava pagando com os inativos e os pensionistas, eu disse a ele que não tinha os números. Não tenho os números, mas eu disse que algo em torno de 35 a 40% do total da folha seria correspondente aos inativos. Não vi o Líder do Governo falar se esse número que eu levantei verdadeiramente se confirma ou não. Perguntei para ele, agora, aqui no Plenário, e ele disse: “Não, os números que você levantou conferem com realidade”.

O Deputado Romanelli, Líder do Governo, questionou o Governo do Rio Grande do Sul, o Governo de São Paulo, o Governo de Minas Gerais. O que eu tenho a ver com o Governo do Rio Grande do Sul? O que eu tenho a ver com a administração de São Paulo? Eu sou Deputado do Paraná, e é com os funcionários do estado do Paraná que devo me preocupar. Se a receita tributária do Rio Grande do Sul está comprometida com a folha de pagamento dos ativos e dos inativos, isso é um problema deles, é por falta de gestão no Governo passado do Rio Grande

do Sul. O que nós queremos no Paraná? Num futuro, como disse o Deputado Tadeu Veneri, que é uma questão que daqui a cinco, 10, 15, 20 anos, isso vai se refletir.

Em 1994, o Governo do Estado gastava algo em torno de 75% da sua receita com a folha. Caiu para 65 e, hoje deve estar algo em torno de 50% da sua receita com a folha. A que se deve isso? Deve-se a dois motivos. Gostaria que alguém provasse o contrário. Primeiro, houve o crescimento, o implemento da receita do estado; segundo, a implantação da ParanaPrevidência. Deputado Romanelli, fui muito claro quando falei da ParanaPrevidência. Usei, inclusive, a seguinte frase: “A ParanaPrevidência está pautada sob três pilares, que é o Fundo Previdenciário, que garante a aposentadoria das pessoas que estão na ativa, hoje, o Fundo Financeiro que paga os inativos.”

Quando foi criada a ParanaPrevidência em 1998, o Paraná já tinha um número muito grande de inativos - não sei quanto correspondia da folha, acho que algo em torno de 25, 30% da folha eram os inativos - e todos os inativos estavam na folha de pagamento. Com a ParanaPrevidência o que aconteceu? Cria-se a ParanaPrevidência, os já aposentados e pensionistas foram pagos e estão sendo pagos pelo Fundo Financeiro que está dentro da ParanaPrevidência. Mas recursos de onde? Recursos do Tesouro do Estado, dinheiro que o Governo do Estado tem que repassar do seu Tesouro para o Fundo Financeiro da ParanaPrevidência para que ela possa, efetivamente, fazer o pagamento dos aposentados do Governo do Estado que já existiam. O Fundo Previdenciário garantiria a aposentadoria para os funcionários que iriam se aposentar. Por essa razão, no Fundo Financeiro cada vez vai se diminuindo o valor que o Governo vai dispondo para pagamento dos aposentados e no Fundo Previdenciário ocorre o contrário: vai aumentar cada vez mais.

Por que nós temos, hoje, quatro bilhões de ativos disponíveis, aliás, é isso que fala no Balanço da ParanaPrevidência? Por quê? Porque se capitalizou a ParanaPrevidência quando se passou nos royalties. E não é só esse valor. A ParanaPrevidência tem um valor equivalente ao da COPEL. O valor da ParanaPrevidência chega algo em torno de R\$ 7 bilhões. Deputado Romanelli, talvez, se em 1993 não tivéssemos extinguido o Fundo Previdenciário, que não era um Instituto de Previdência, mas era um Fundo Financeiro, que se criou pelo Governo do Estado; e se o Governo do Estado tivesse em 1993, 1994, 1995 e 1996 contribuído com a sua parte em um Fundo Especial, com toda certeza não estaríamos gastando tanto dinheiro do Tesouro, hoje.

O que se fez naquela época, Deputado Romanelli, quando não tínhamos o ParanaPrevidência? Você descontava o dinheiro do funcionário e jogava esse dinheiro no Tesouro do Estado. Os inativos e pensionistas foram pagos na folha do estado do Paraná. Por isso, o valor de 75% do total da Receita comprometido com a folha, em 1994 - algo em torno desses números. Mas se cria o ParanaPrevidência exatamente para salvar o estado do Paraná no futuro.

Não queremos fazer um discurso descolado da realidade, longe disso, Deputado Romanelli. Queremos que os funcionários do Paraná, tanto os da ativa, como os da inativa, como falei são duas coisas muito distintas dentro da ParanaPrevidência. O Fundo Financeiro paga os aposentados. Hoje, quem se aposenta não vai no Fundo Financeiro, vai no Fundo Previdenciário. Essa é a diferença. Isso foi feito no passado.

Deputado Romanelli, como vamos saber? Talvez com um pedido de informações. V. Exa. como Líder do Governo tem as informações com toda a facilidade. Informe a esta Casa se o Governo do Estado, repassa mensalmente a sua parte para o ParanaPrevidência. Porque aquilo que é descontado dos funcionários na folha, tem que obrigatoriamente passar pelo ParanaPrevidência. Mas, a parte que o Governo do Estado tem que aportar, que é igual aquela que é descontada dos funcionários está sendo colocado, repassado para a ParanaPrevidência, na ParanaPrevidência dentro do Fundo Previdenciário, para que possamos criar um lastro?

Concordo com o Deputado Tadeu Veneri, acho que não é uma questão de Oposição ou de Situação. É uma questão de sobrevivência do Instituto de Previdência dos melhores do Brasil, público, que foi criado. Como legisladores, como Deputados, não podemos permitir que de repente esse Fundo Previdenciário do estado do Paraná, que é referência nacional, caia exatamente naquilo que a imprensa tem noticiado nesta semana.

Por esta razão, espero que o novo Presidente da ParanaPrevidência, o Desembargador, Sr. Munir Karan, possa efetivamente com uma auditoria mostrar uma realidade para nós. Que diga para a Assembléia, para o Paraná, qual é a dívida que existe. Se for aquilo que consta na ata, se esta ata existe ou não, se aquela dívida que consta no Balanço do ParanaPrevidência publicada, recentemente, no ano passado, é real ou não. Essa dívida é de quê? Não sabemos, Deputado Romanelli, se existe um percentual que o estado tem que pagar ou o ParanaPrevidência, para gerir os seus recursos. Concordamos e sabemos que isso existe. Não podemos concordar e sermos omissos no nosso papel de fiscalizadores, como Deputados Estaduais. Não podemos permitir que um Fundo da Previdência, com um valor superior a R\$ 7 bilhões entre ativos imobilizados e mobilizados. Estamos falando de um fundo de R\$ 7 bilhões e não de sete milhões, que foi uma das grandes coisas que aconteceu no estado do Paraná, para salvar as futuras administrações. Quando se criou o ParanaPrevidência não foi para aquele Governo, foi para os futuros Governos, para os funcionários do estado do Paraná. E não podemos agora concordar, que de repente notícias vinculam que a ParanaPrevidência tem um crédito muito grande do Governo do Estado. Obrigações tem que ser obrigação. Não é Oposição e Situação, é uma questão de sobrevivência dos nossos funcionários.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do Governo, com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente Cida Borghetti, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Não queria retornar à tribuna, mas em função do pronunciamento do Deputado Elio Rusch, ouvi V. Exa. falando e percebo que está com um problema grave em relação à questão do valor do quanto está capitalizado o Fundo Previdenciário. São 4 bilhões e não 7. É aquele colunista mal-humorado, de um grande jornal aqui da capital, que fica criando todo dia um pequeno factóide e que, lamentavelmente, acaba repercutindo aqui na Assembléia, por conta que ele vá todo dia buscar alguma coisa para poder de fato alimentar um discurso contra o Paraná. Alguém de fora que chega aqui e lê o jornal, certamente pensa que vivemos aqui no pior dos mundos. Quando citei São Paulo, um grande estado como é o Rio Grande do Sul, se tem como exemplos de estado que fizeram uma opção política e quem fez essa opção? O Chefe do Poder Executivo e as Assembléias Legislativas de não criar Fundo Previdenciário. Recolhem a contribuição e fazem pelo sistema de repartição, como aliás é feito pelo INSS. Todos os aposentados e pensionistas do INSS, recebem por conta daquilo que é pago de contribuição mensal dos empregados e empregadores. É distribuído. Esse é um sistema diferente, de capitalização.

Agora, é um Fundo que tem que estar equalizado em 2017, 2018. Metade do que vai ser pago desses 195 milhões, no valor de hoje, vai ser pago pelo Fundo Previdenciário e metade vai ser pago pelo Tesouro ainda.

Por outro lado, ainda há pouco me indagava uma jornalista da Folha de Londrina: “Quanto é capitalizado mês a mês”. No mínimo com R\$ 4 milhões que é a diferença além do que entra, dos 169 milhões, paga-se 30 milhões, metade dos servidores, metade do estado. Para cada real colocado pelo servidor, o estado coloca também R\$ 1. Quatro milhões a mais todo mês vai contribuir para o Fundo Previdenciário.

Então, há problemas no Fundo? Claro que há. Por exemplo, a Assembléia Legislativa votou Deputado Elio Rusch, V. Exa. sabe, até R\$ 1.200 reais a contribuição do servidor na ativa é de 10% e acima de um mil e duzentos é 14%. O que tem acontecido. Os servidores que tem que pagar 14%, entram na Justiça e a Justiça tem dado ganho de causa. Pouquíssimas pessoas estão pagando 14%. Essa questão de derrubar essa alíquota maior, claro que gera uma diferença de cálculo no plano de custeio original do ParanaPrevidência.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Acho que V. Exa. está fazendo uma confusão. Quem não contribui são os inativos e pensionistas. Eles estão isentos. Quem está na ativa, independente do salário, ele contribui.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, salvo que V. Exa. não escutou o que eu falei, o que eu disse foi o seguinte: que os servidores públicos ativos, que estão na ativa, tem duas alíquotas, uma de 10, outra de 14. O que tem acontecido é que os que têm alíquota de 14% têm entrado na Justiça e estão conseguindo derrubar a alíquota de 14, ficando só na alíquota de 10, o que, claro, gera um furo no plano inicial de capitalização do ParanaPrevidência. Isto está acontecendo. V. Exa. goste ou não, isto está acontecendo, Deputado Elio Rusch.

Quero concluir, Sra. Presidente, dizendo que este tema, entendo o seguinte, que quando discutimos questões iguais a esta não é necessário uma grande elaboração de raciocínio para que se possa compreender isto. E não são fac-símiles, mandraques de atas ou de posicionamentos, porque olha, ouvi e vejo e não vou ficar citando nome de pessoas aqui, mas têm muita gente que tem posicionamento diferente. Agora, quem conhece Fundo Previdenciário, e aqui o Deputado Reinhold Stephanes conhece Fundo Previdenciário, sabe que um Plano de Previdência tem que ser reavaliado. Por exemplo, Deputado Elio Rusch, diferente do Governo anterior, o servidor público hoje tem salário. V. Exa. veja, o quanto cresceu a massa salarial do servidor público, e cresceu em valor real, Deputado Elio Rusch, cresceu em valor real. É claro que aumenta a responsabilidade do estado. Paga melhor salário, vai custar mais a aposentadoria do servidor.

Por outro lado, as condições melhores de vida da população também aumenta a expectativa de vida, Dr. Batista, das pessoas, em função, é claro, das melhorias gerais do nosso país. Tudo isto, claro, vai gerando a necessidade de fazer reavaliações e, eventualmente, até aporte de recursos para que se mantenha a proposta de chegar em 2017, 2018 com um Fundo equilibrado entre o Financeiro e o Previdenciário.

A verdade é que, temos um Fundo que é um Fundo que tem sido replicado, tem sido copiado. O fundo é um fundo bom, ele funciona bem, e entendo que nós aqui temos que parar com essa autofagia de falar mal das coisas boas do Paraná, porque daqui a pouco aquilo que é uma coisa muito positiva do Fundo - e esse esclarecimento que estou fazendo aqui tem que ser aprofundado - mas daqui a pouco, Deputado Elio Rusch, é capaz, muito capaz que um Deputado do Rio Grande do Sul, de São Paulo ou de alguma cidade que nem Fundo de Previdência tem é capaz de estar falando mal aqui do nosso Fundo de Previdência.

Então, entendo que V. Exa. tem responsabilidade sim, até porque todos nós vimos lá o Vice-Governador do Rio Grande do Sul, Paulo Feijó que protagonizou um

momento triste da política brasileira neste final de semana - nós todos ficamos um pouco envergonhados - e entendo que nós paranaenses temos que reproduzir aquilo muito positivo que acontece no nosso estado - a economia crescendo, gerando empregos, o desenvolvimento econômico acontecendo, de um Governo austero como é o do Governador Requião, com o desenvolvimento das boas políticas públicas que mudam, a condição de vida, porque, olha, é muito fácil subir à tribuna e discursar.

Agora, eu pergunto: o Rio Grande do Sul, Deputado Elio Rusch, tem algum programa estadual, como temos aqui o Fundo de Desenvolvimento Urbano, o FDU do ParanaCidade, que financia municípios? Não, não tem. Mas, e tem o Fundo por quê? Porque lá atrás, o Governador Requião criou o Fundo. Temos que reconhecer, foi sim senhor, porque o Fundo era estruturado de outra forma, Deputado Elio Rusch. V. Exa. não sabe como funcionam as coisas. Ouvem falar e na verdade é o seguinte: se nós pudéssemos, Deputado Elio Rusch, ao invés de pagar R\$ 65 milhões todo mês da dívida do BANESTADO que foi dado de graça para o Banco Itaú, V. Exas. esquecem do passado, lamentavelmente V. Exas. partilharam de um mau momento desse estado, um mau momento! Por isso quero chamar a atenção para a responsabilidade dos Parlamentares dessa Casa, principalmente os mais jovens, que não se deixem aqui levar pelo canto da sereia, não se deixem enganar pelos discursos fáceis, Deputados, jovens Deputados!

Resta ainda um pouco, Deputada Cida, pouco dos políticos à moda antiga que nas tribunas deste Parlamento e de tantos outros que muitas vezes dizem coisas que não acabam elas sendo a expressão da verdade.

Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária de amanhã, dia 10 de junho, devido à viagem ao município de Cornélio Procopio, onde na condição de Presidente Estadual do Partido Republicano Brasileiro - PRB, estará dando posse ao Presidente Estadual da Ala Jovem do PRB/PR. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária de hoje, 09/06/08, pelo motivo de visita técnica ao Estado de São Paulo para verificar problemas de interesse comum dos nobres Pares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 142/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual Rodrigues Alves, no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1472, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 10/06/08, para participar de cerimônia da passagem do 94º aniversário da cidade de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1473, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 02/06/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passar à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 159/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/08, de 12/05/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a AMOVIT - Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a CALI - Casa de Apoio Libertação com sede e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que institui a meia entrada para professores de rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de maio de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Minao Okawa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Votação nominal). **(Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 017/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Minao Okawa.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos Partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido o político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedente título de Cidadão Benemérito, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão, está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice junto a Lei Complementar nº 095/98, a qual trata da técnica legislativa.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão - Em votação.

O SR. DR. BATISTA (PMN) **(Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para se dar um título de Cidadão Honorário ou Benemérito a um cidadão do estado do Paraná, primeiro tem que ser qualificado, tem que prestar serviços à comunidade paranaense. Este médico, professor, Dr. Minao Okawa, teve a satisfação de trabalhar muito com este médico.

Em 1963, quando ingressou na faculdade da Universidade Federal do Estado do Paraná como cirurgião clínico, 1º colocado em todas as provas feitas, com média altíssima, de um currículo invejável, o Dr. Minao Okawa é um dos maiores cirurgiões da cidade de Maringá e região. E eu fiz questão, pelo serviço prestado ao estado do Paraná, pelos serviços prestados a todos os seres humanos, aqueles que mais necessitavam de um auxílio médico, da ajuda de um médico realmente humano,

aquele que senta ao lado do doente e pega a dor como se fosse dele para poder aliviar. O Dr. Minao nunca claudicou diante de nenhuma destas situações. Ele sempre deambulou olhando com bons olhares, aqueles que realmente necessitam da ajuda de um médico.

Quero fazer esta homenagem justa, que foi aprovada na CCJ por unanimidade, pedir ao Presidente Deputado Durval Amaral, que colocou na pauta e todos os Deputados vendo o vasto currículo deste grande médico, ele fez com que fosse aprovado por unanimidade.

O Deputado Luis Nishimori também vai encaminhar, também conhecedor do grande médico que é professor. Ele sempre diz: “Batista, eu não gosto que me chamem de professor doutor”. Vejam a humildade deste médico. Porque também seria um pleonasmo chamar uma pessoa de professor doutor. Tem os orgulhosos, os metidos, que gostam, porque professor e doutor nada mais é do que ensinador. Porque chamar de professor doutor? Por isso nós, o chamamos de professor exemplar e dá orgulho para o Paraná, para Maringá e toda a região.

Peço aos nobres Pares que façam justiça com este médico, porque ele prestou um grande serviço ao estado do Paraná. Homem que se transformou na Universidade Federal e agora, com a idade, e que promete muito, vai fazer muita cirurgia, vai salvar muitas vidas, porque sua cabeça é jovem. Seu coração é do tamanho do estado do Paraná. Com isso peço voto a todos, para que possamos aprovar por unanimidade este título honroso, para fazer justiça ao Dr. Minao Okawa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Nishimori.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Só queria reforçar o encaminhamento do Dr. Batista. O Dr. Minao Okawa, realmente, se trata de grande médico que tem contribuído muito com nossa comunidade, Maringá. E também tem feito um grande trabalho de voluntário na cidade de Maringá.

Também peço a todos os Deputados para votar a favor deste projeto do Dr. Batista.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Será feita a votação pelo painel. Os Deputados que forem favoráveis deverão digitar sua senha e votar com a expressão SIM. Os contrários, com a expressão NÃO. Em votação...

Encerrada a votação, vamos ao resultado.

Trinta Srs. Deputados votaram com a expressão SIM. **Aprovado por unanimidade.**

Parabéns, portanto, ao Dr. Minao Okawa!

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/08, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública a FESMAN - Fundação de Ensino Superior de Manguieirinha, com sede e foro no município e comarca de Manguieirinha. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/08, de 20/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 217/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declara de utilidade pública estadual a FESMAN - Fundação de Ensino Superior de Manguieirinha, com sede e foro no município e comarca de Manguieirinha/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fernandes Pinheiro, com sede no município de Fernandes Pinheiro e foro na comarca de Teixeira Soares. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/08, de 27/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 230/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fernandes Pinheiro, com sede no município de Fernandes Pinheiro e foro na comarca de Teixeira Soares.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Antes de passarmos aos requerimentos, esta Casa gostaria de convidar a todos para o lançamento do livro “Redescobrimo a Cidade - uma visão empreendedora de administração municipal”. O autor do livro é o ex-Prefeito de Guarapuava e Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, IAP, Vitor Hugo Ribeiro Burko. O evento será aqui no salão nobre desta Casa, às 18h30.

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1403, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1482, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1477 a 1478, de autoria da Deputada Cida Borgehetti, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1445, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1446 e 1470, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1477 e 1488, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1449, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1450 a 1469, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1471, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1474 a 1476, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1480, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1481, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 021/08 - Proposta de Emenda à Constituição.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 191, 197 e 199/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 017, 217 e 230/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222 e 228/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral:****Portarias**

PORTARIA Nº 115/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4509, datado de 27/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de CLEONIR LUIZ CALGAROTTO, matrícula nº 40298, portador do RG nº 3.278.863-7/PR e do CPF 431.458.509-97, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/03/84, ocupante do cargo de Garçom, nível NBB-04, lotado na Coordenadoria de Cerimonial, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, 03/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 116/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4714, datado de 02/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar no Gabinete da 1ª Secretaria desta Assembléia Legislativa o servidor PAULO CESAR FIATES FURIATI, matrícula nº 623, a partir de 01/06/08.

Gabinete da Diretoria Geral, 03/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 117/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4560, datado de 27/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar em favor de CLÁUDIA MARIA GREGÓRIO, matrícula nº 40037, portadora do RG nº 3.126.068-0/PR e do CPF 540.817.189-20, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 31/01/86, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-03, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, 04/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões**Tomada de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 5ª reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de maio de 2008 - Proposição nº 049/08. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Ribas Carli

Filho, que relatou a Proposição nº 049/08, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04. Após exame da matéria em questão, o Sr. Relator entendeu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendem a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo Parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Júnior, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida e Mauro Moraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 599/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 209/08, 210/08 e 705/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 209/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 210/08, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 14077/03. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 705/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli - Revoga a Lei nº 15455/07. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - REJEITADO. Os Srs. Deputados Caíto Quintana, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Nereu Moura, Carlos Simões

e Stephanes Júnior votaram contrário à matéria. Os Srs. Deputados Duílio Genari e Valdir Rossoni votaram favorável ao parecer. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 113/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana, Vice-Presidente; 05) Projeto de Lei nº 113/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Durval Amaral - Altera dispositivos da Lei nº 11580/96. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri e Nereu Moura SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia da matéria a todos os Deputados presentes; 06) Projeto de Lei nº 017/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 205/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 217/08, de autoria do Deputado Luiz Fernan-

des Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 222/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 228/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 230/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 236/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

